

**EDcl no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.240.307 - MT
(2018/0018540-3)**

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
EMBARGANTE : JAIME LUIZ MURARO
EMBARGANTE : NÉVIO BORTOLUZZI
EMBARGANTE : JOSÉ CLÁUDIO VANNI
EMBARGANTE : ARGEU FOGLIATTO
ADVOGADOS : ANDERSON MELLO ROBERTO - MT008095
JOSÉLIA DE SOUZA ERMITA - MT011871
WELDER GUSMÃ JACON - MT018570B
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
INTERES. : ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE
ADVOGADOS : LISIANE DE FÁTIMA ZORZO - MT008114B
CARLOS EDUARDO DE CAMPOS BORGES - MT111990
CAROLINA ATALA CASTILHO - MT010769
INTERES. : ANTONIO LOPES GONCALVES

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. MERA REDISCUSSÃO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Deve o juiz formar livremente seu convencimento, expondo os motivos que o conduziram à decisão, de forma clara e lógica, inexistindo obrigatoriedade de rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pela parte em defesa das teses, sobretudo se enfrentada a demanda e observadas as questões relevantes e imprescindíveis à resolução, tal qual realizado no presente caso.
2. Apenas se admitem embargos de declaração quando evidenciada deficiência no acórdão recorrido com efetiva obscuridade, contradição, ambiguidade ou omissão, conforme o art. 619 do CPP.
3. Devidamente fundamentado o acórdão embargado no sentido da *aplicação da fungibilidade na utilização do recurso de apelação em detrimento do recurso em sentido estrito, desde que demonstradas a ausência de má-fé e a tempestividade do instrumento processual*, não se prestam os embargos de declaração à rediscussão do aresto recorrido quando revelado mero inconformismo com o resultado do julgamento.
4. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade,

Superior Tribunal de Justiça

rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Presidente

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator